



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE(S) : JUDSON MADSON DE FARIAS, brasileiro, solteiro, mecânico, portador da Cédula de Identidade n.º 002.514.524 ITEP/RN, expedição: 24/10/2016, e CPF n.º 079.230.544-28, residente e domiciliado na Travessa Eneas Caldas, n. 43, Centro, Assú/RN, CEP 59.650-000.

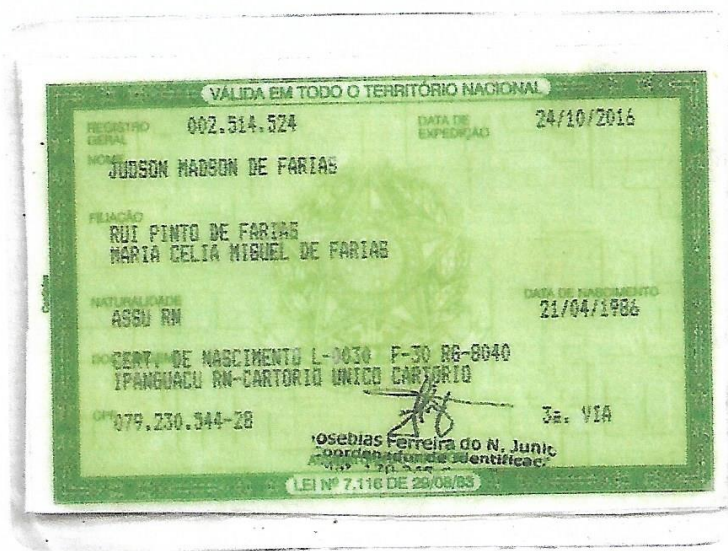
OUTORGADO(S): Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seu(s) procuradore(s) e advogado(s), **CLEZIO DE OLIVEIRA FERNANDES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RN, sob o n.º. 3429, com endereço profissional em Assú à Rua – Vicente Barbosa Tinoco n.º 21 – bairro Novo Horizonte.

PODERES: Os das cláusulas ad-negotia e ad-judicia, para o foro em geral, em qualquer Juízo, instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defende-lo nas contrarias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-as, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Assú-RN, 29 de julho de 2019.

Judson Madson de Farias







Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NOTA FISCAL • FATURA • CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Mermoz, 160, Baldo, Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250
CNPJ 08.324.196/0001-81 | Insc. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE

RUI PINO LE FARIAS

CPF: 009.634.644-51

CLASSIFICAÇÃO

B1 - RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
Monofase

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

IVENEAS LUIZAS 43

CENTRO VAREJANTE
ASSURUN
59050-000

CONTA CONTRATO

0267765014

MÊS/ANO

04/2018

DATA DE VENCIMENTO

16/04/2018

DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA

08/05/2018

TOTAL A PAGAR (R\$)

171,60

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
00465670	1440A	19/04/2018
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
0904/2018	3000171024	0024

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo (kWh)	265,0000000	0,53928525	142,91
Contribuição Financeira ao Público			15,50
Multa por atraso (R\$ 0,02766956 - 0904/18)			2,63
Juros por atraso (R\$ 0,02766956 - 0904/18)			0,52
Atualização R.E.M.N. 0011000965 - 0904/18			0,04
Doação APAE - 3208-2566			10,00

TOTAL DA FATURA

171,60

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	DATA ANTERIOR	LEITURA ANTERIOR	DATA ATUAL	LEITURA ATUAL	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
21106960	CAT	19/04/2018	446230	03/04/2018	930180	31	1,9666		265,00

HISTÓRICO DE CONSUMO

Mês/Ano	Consumo (kWh)
ABR 18 - 265	
MAR 18 - 245	
FEV 18 - 192	
JAN 18 - 179	
DEZ 17 - 172	
NOV 17 - 157	
OUT 17 - 163	
SET 17 - 164	
AUG 17 - 158	
JUL 17 - 148	
JUN 17 - 149	
MAY 17 - 159	
ABR 17 - 150	

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
ICMS	14,00	20,81
PIS	0,65	1,02
COFINS	7,50	11,47

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

Descrição	R\$	%
Geração de Energia	46,87	32,80%
Transmissão	6,74	4,72%
Distribuição (Cosern)	35,10	24,56%
Perdas de Energia	8,63	6,04%
Encargos Setoriais	13,44	9,40%
Impostos	23,13	16,48%
Total	142,91	100%

TARIFAS APLICADAS

Consumo Ativo (kWh)

0,41900000

RESERVAÇÃO FISCAL

01/01/2018 a 31/12/2018 - R\$ 51.322,91

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito em nome do titular da conta, ou de quem ele autorizar por escrito. Não é permitida a transferência de titularidade da conta sem a devida autorização por escrito do titular da conta. O cliente é responsável por manter a conta em dia, pagando as parcelas mensais. O cliente é responsável por manter a conta em dia, pagando as parcelas mensais. O cliente é responsável por manter a conta em dia, pagando as parcelas mensais.

Não existem débitos de 2016 e anos anteriores. Esta declaração substitui a comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, ou seja, a quitação das faturas emitidas em 2016 e anos anteriores. Esta declaração substitui a comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, ou seja, a quitação das faturas emitidas em 2016 e anos anteriores.

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES

ACUMULADO	VALOR APROXIMADO	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL
ON	1,34	5,4	10,8	31,73
FG	1,04	3,3	6,6	13,20
DMG	1,34	5,4	10,8	0,00

NÍVEL DE TENSÃO

TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)
220	MÍNIMO MÁXIMO
	200 240



Assinado eletronicamente por: CLEZIO DE OLIVEIRA FERNANDES - 20/08/2019 09:40:21

https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19082009401868400000046404553

Número do documento: 19082009401868400000046404553

Rio de Janeiro, 30 de Abril de 2018

Aos Cuidados de: JUDSON MADSON DE FARIAS

Nº Sinistro: 3180174198

Vítima: JUDSON MADSON DE FARIAS

Data do Acidente: 22/10/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador LUIZ EDUARDO NOGUEIRA DE SOUSA

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180174198**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **22/10/2017**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site **www.seguradoralider.com.br**, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.



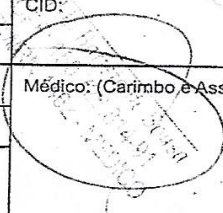
Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12729422




"P/ eventual"

	Estado do Rio Grande do Norte Prefeitura Municipal do Assu Secretaria Municipal de Saúde	 SUS Sistema Único de Saúde
FICHA DE ATENDIMENTO E URGÊNCIA		PRONTO SOCORRO MUNICIPAL
DADOS DO PACIENTE/USUÁRIO/Nº REGISTRO:		Atendimento Nº: 417
Nome: Murilo Claudemir de Farias		Idade: 31 Sexo: M
Cartão SUS: 701013-7550532	Nome da Mãe: Clara Edna Claudemir de Farias	Profissão: -
Endereço (Rua/Av.): Rua das Palmeiras		Nº: 113 Complemento:
Bairro: Centro	Cidade: Assu	Estado: RN Telefone:
Clínica:		Data: 27/10/2017 Hora: 16:35
Motivo da Procura:		Rubrica Servidor:
Assinatura do Paciente:		
ACOLHIMENTO: () Emergência () Urgência () Não Urgência () Acidente de Trabalho () Acidente de Trânsito		
Acolhimento com classificação de risco:		
Queixa:		
Antecedentes Alérgicos:		
HAS () DM: ()	Assinatura:	Classificação:
ANAMNESE:		
<p><i>Prontidão de atendimento</i></p> <p><i>do paciente, com queixa de dor abdominal</i></p> <p><i>de início súbito, em região de umbigo, com</i></p> <p><i>características de cólica, com</i></p> <p><i>história de constipação intestinal</i></p>		
EXAME FÍSICO:	Peso: _____ Temperatura: _____ F.C.: _____ PA: _____ F.R.: _____ Glasgow: _____ SpO2: _____ HGT: _____	
<p><i>CG 2, 122, 122, 122, 122-2</i></p> <p><i>110</i></p>		
EXAMES COMPLEMENTARES SOLICITADOS:		
() Laboratório:		
() Radiológico:		
() ECG () Outros		
Hipótese do Diagnóstico: Torção de Círculo		CID:
Condução: () Medicação () Observação () Laudo para AIH		Médico: (Carimbo e Assinatura) 
Saída: Data/Hora ____/____/____ às ____:____ h. () Alta referido para UBS () Óbito		
() Outra Unid. Urgência () Especialidade		
() Internação no Hospital:		



SISNEG

	Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR
Identificação do Estabelecimento de Saúde 1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE _____		2 - CNES _____
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE _____		4 - CNES _____
Identificação do Paciente 5 - NOME DO PACIENTE <u>Judson Madson de Farias</u>		6 - Nº DO PRONTUÁRIO _____
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) _____	8 - DATA DE NASCIMENTO _____	9 - SEXO Masc. <input checked="" type="checkbox"/> 1 Fem. <input checked="" type="checkbox"/> 3
10 - RAÇA/COR _____		11 - NOME DA MÃE _____
12 - TELEFONE DE CONTATO DDD _____ Nº DO TELEFONE _____		13 - NOME DO RESPONSÁVEL _____
14 - TELEFONE DE CONTATO DDD _____ Nº DO TELEFONE _____		15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO) _____
16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA _____	17 - Cód. IBGE MUNICÍPIO _____	18 - UF _____
19 - CEP _____		
JUSTIFICATIVA DA INTERVENÇÃO		
20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS <u>Paciente vítima de acidente de trânsito, CI trauma em MSE. Evolui CI dor, limitação funcional e depressão do tipo (E).</u>		
21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO <u>Necessidade de tratamento cirúrgico.</u>		
22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) <u>Exame clínico + raio-x</u>		
23 - DIAGNÓSTICO INICIAL <u>fratura de omoplata (E)</u>	24 - CID 10 PRINCIPAL <u>S424</u>	25 - CID 10 SECUNDÁRIO _____
26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS _____		
PROCEDIMENTO SOLICITADO		
27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO <u>cirurgia definitiva</u>		28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO <u>04081020385</u>
29 - CLÍNICA <u>Ortopedia</u>	30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO _____	31 - DOCUMENTO () CNS () CPF _____
32 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE _____		33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE _____
34 - DATA DA SOLICITAÇÃO <u>25/10/17</u>		35 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO) _____
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)		
36 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO 37 - () ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO 38 - () ACIDENTE DE TRABALHO TRAJETO	39 - CNPJ DA SEGURADORA _____ 40 - Nº DO BILHETE _____ 41 - SÉRIE _____	42 - CNPJ EMPRESA _____ 43 - CNAE DA EMPRESA _____ 44 - CBOR _____
45 - VÍNCULO COM PREVIDÊNCIA () EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEGURADO		
AUTORIZAÇÃO		
46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR _____	47 - Cód. EMISSÃO EMISSOR _____	52 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR _____
48 - DOCUMENTO () CNS () CPF _____	49 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR _____	50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO _____
51 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO) _____		53 - _____



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Assu
RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AÇU - RN - CEP: 59650-000

Processo: 0802573-11.2019.8.20.5100

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: JUDSON MADSON DE FARIAS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Intime-se o autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a exordial, anexando aos autos cópia legível de seu comprovante de residência, assim como da ficha de atendimento médico de ID nº. **47981820**. Em tempo, deverá esclarecer se fora lavrado Boletim de Ocorrência à época do sinistro, sob pena de extinção.

Conclusos, após.

AÇU/RN, 20 de agosto de 2019

ALINE DANIELE BELEM CORDEIRO LUCAS

Juiz(a) de Direito



(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



EXMO(A) SR(A) DR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA COMARCA DE ASSU – RN .

1.^a VARA

O Autor, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, neste ato por seu advogado, vem, a presença de V. Senhoria, EMENDAR A INICIAL, e JUNTAR DOCUMENTO, conforme r. despacho.

Que o autor nesta oportunidade junta em anexo, cópia legível do comprovante de residência e da ficha do atendimento médico, pois realmente encontrava-se inelegível, pois informa ainda que a ficha é realmente muito apagada, mais caso seja necessário poderá o autor deixar na secretaria, para melhor visualização.

Que o autor vem informar que **não foi lavrado o Boletim de ocorrência na época do sinistro**, pois o autor ficou com várias sequelas, o que poderá ser provado por prova testemunhal, laudo, perícia médica e em audiência de instrução e julgamento.

Diante de todo o exposto, requer seja acolhida a emenda a inicial e o prosseguimento do feito, por ser de inteira JUSTIÇA.

Nestes Termos,

Pede e aguarda deferimento.

Assú-RN, 14 de Outubro de 2019.

Clézio de Oliveira Fernandes

OAB/RN – 3429.





Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA • FATURA • NOTA FISCAL

Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Memória, 150, Baldo, Natal - RN, CEP 59025-250
CNPJ 09.324.196/0001-81 | Ins. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE

RUI PINTO DE FARIAS

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

TV ENEAS CALDAS 43

CPF: 009.634.844-51

CENTRO/ÁREA URBANA
ASSU RN
59650-000

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL

CONTA CONTRATO MÊS/ANO

0267765014 07/2019

DATA DE VENCIMENTO DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA

15/07/2019 07/08/2019

TOTAL A PAGAR (R\$)

198,48

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
026740157	ÚNICA	08/07/2019
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
08/07/2019	3000171024	9284

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo (kWh)	252,0000000	0,66692612	168,06
Acréscimo Bandeira AMARELA			0,82
Contrib. Ilum. Pública Municipal			17,93
Multa por atraso-NF 025227541 - 08/08/19			2,76
Juros por atraso-NF 025227541 - 08/08/19			0,69
Atualização IGPM-NF 025227541 - 08/08/19			0,28
Doação APAE - 3208-2566			10,00
Bônus ITAIPU - art 21 da Lei 10.438/2002			-2,16

TOTAL DA FATURA

198,48

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	LEITURA	ATUAL DATA	LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
2121089981	CAT	06-06-2019	13 001,00	08-07-2019	13 253,00	32	1,00000		252,00

HISTÓRICO DE CONSUMO

Mês/Ano kWh	
JUL 19 252	
JUN 19 219	
MAI 19 180	
ABR 19 172	
MAR 19 202	
FEV 19 199	
JAN 19 208	
DEZ 18 208	
NOV 18 218	
OUT 18 275	
SET 18 229	
AGO 18 248	
JUL 18 238	

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
ICMS	18,00	30,41
PIS	1,11	1,87
COFINS	5,09	8,50

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

	R\$	%
Geração de Energia	61,45	38,37%
Transmissão	6,38	3,78%
Distribuição (Cosern)	40,17	23,77%
Perdas de Energia	10,77	6,37%
Encargos Setoriais	9,33	5,52%
Tributos	40,88	24,19%
Total	168,98	100%

Consumo Ativo (kWh) TARIFAS APLICADAS 0,50553000

RESERVADO AO FISCO
A122 CBB0 547F 5A81 12F0 D3C9 3D90 CDA4

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Pague no ponto mais perto de você mercadinho de construção, rua José Carlos Neta, 1045, São José / Iguape, mercado cdt, rua poeiras alcei wanderey, 305, centralista completa em www.cosern.com.br. O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie, na data da leitura e bandeira em vigor é a Amarela. Mais informações em www.aneel.gov.br. O cliente é compensado quando há variação na contabilidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. Pague em atraso gera multa 2% (Lei 4.144/ANEEEL), Juros 1% ao mês (Lei 10.438/02) e atualização monetária no próximo mês. O cliente é compensado quando há desenvolvimento do preço definido para os padrões de atendimento comercial. O consumidor pode cancelar a cobrança de serviços de terceiros na fatura a qualquer tempo. Art. 7º REN 581/13.

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta, em nossas unidades de atendimento e no site www.cosern.com.br

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES

ACQ. CONJUNTO	Nº DE INTERRUPÇÕES APLICADAS	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL
DIC	0,42	5,43	10,86	21,73
FIC	1,00	3,30	6,60	13,20
OUT	0,42	3,11	0,00	0,00

NÍVEIS DE TENSÃO

TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)
220	MÍNIMO MÁXIMO
	207 231



Assinado eletronicamente por: CLEZIO DE OLIVEIRA FERNANDES - 15/10/2019 14:47:58

https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1910151447585600000048156358

Número do documento: 1910151447585600000048156358

Num. 49854272 - Pág. 1



Estado do Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal do Assu
Secretaria Municipal de Saúde



Sistema
Único
de Saúde

FICHA DE ATENDIMENTO E URGÊNCIA

PRONTO SOCORRO MUNICIPAL

DADOS DO PACIENTE/USUÁRIO/Nº REGISTRO:

Nome:	Adriano Claudem de Farias	Idade:	31	Sexo:	M
Cartão SUS:	10101350435532	Nome da Mãe:	Quariterella Claudem de Farias	Profissão:	-
Endereço (Rua/Av.):	TV Rocio Lemos	Nº:	113	Complemento:	
Bairro:	Centro	Cidade:	Assu	Estado:	
Clínica:		Telefone:			
Motivo da Procura:		Data:	22/10/2014	Hora:	6:35
Assinatura do Paciente:		Rubrica Servidor:			

ACOLHIMENTO:

() Emergência () Urgência () Não Urgência () Acidente de Trabalho () Acidente de Trânsito

Acolhimento com classificação de risco:

Queixa:

Antecedentes Alérgicos:

HAS () DM: ()

Assinatura:

Classificação:

ANAMNESE:

Paciente com dor de cabeça
de início súbito, com caráter
de tipo de coice, com
intensidade de 8/10, com
localização na região frontal.

EXAME FÍSICO:

Peso: _____ Temperatura: _____ F.C.: _____ PA: _____ F.R.: _____ Glasgow: _____
SpO2: _____ HGT: _____

GG 2, C 22, A 22, P 22, R 22, S 22, T 22, U 22, V 22, W 22, X 22, Y 22, Z 22.

EXAMES COMPLEMENTARES SOLICITADOS:

() Laboratório:

() Radiológico:

() ECG

() Outros

Hipótese do Diagnóstico:	Encefalopatia orgânica	CID:	
Conduta:	() Medicação () Observação () Laudo para AIH	Médico: (Carimbo e Assinatura)	
Saída: Data/Hora	/ / às : h. () Alta referido para UBS () Óbito		
() Outra Unid. Urgência () Especialidade			
() Internação no Hospital:			





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Assu
RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AÇU - RN - CEP: 59650-000

Processo: 0802573-11.2019.8.20.5100

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: JUDSON MADSON DE FARIAS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro momentaneamente o requerimento de assistência judiciária gratuita, ante a afirmação da parte requerente ser necessitada de assistência judiciária e de achar-se em condição de pobreza jurídica, sob as penas da lei e de pagamento do décuplo das custas judiciais, na forma do disposto no art. 5º, LXXIV, da CF, art. 98 do CPC/2015 e dos arts. 2º, § único, e 4º, § único, da Lei de Assistência Judiciária Gratuita (Lei nº 1.060/50)

Considerando ser improvável a realização de conciliação neste caso, deixo de aprazar audiência de conciliação e, por ser premente a necessidade de realização de perícia médica judicial à análise do meritum causae, defiro, desde já, a produção da prova.

Cite-se a seguradora-ré para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, devendo carrear aos autos cópia integral do procedimento administrativo respectivo ao sinistro narrado na exordial, manifestando-se, ainda, quanto à eventual ocorrência de prescrição, litispendência e coisa julgada no caso sob análise, sob pena de revelia. Deverá, nessa mesma oportunidade, se assim desejar, apresentar quesitos técnicos respectivos à perícia judicial, bem como nomear seu assistente técnico.



Com a defesa, intime-se a parte autora, por seu advogado, para apresnetar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, ainda, apresentar sua quesitação pericial e nomear o respectivo assistente técnico, se assim desejar.

Ultrapassadas tais etapas, em atenção à celeridade processual, procedo à nomeação do médico **Dr. Eduardo Chagas Carvalho, CRM/RN n°. 6860, CPF/MF n°. 030352564-97, RG n°. 2381637 SSP/PB, residente e domiciliado à Rua Padre Sandoval Ferrer, 380, Cento, São Bento/PB. Dados bancários: Banco do Brasil, agência 1134-7 e conta corrente n°. 13085-0**, considerando a aceitação do encargo, por meio de contato telefônico.

Ato contínuo, determino o aprazamento da perícia médica pela Secretaria Judiciária, devendo as partes serem intimadas com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência, salientando-se que a eventual ausência da parte autora deve ser comprovadamente justificada, sob pena do prosseguimento do feito sem a produção da prova.

Nesse aspecto, determino que a intimação da parte autora dar-se-á pessoalmente, por carta ou mandado, dirigido ao endereço constante em seu comprovante de residência, e por intermédio de seu advogado constituído.

Após a realização da perícia judicial, o laudo médico deverá ser apresentado pelo perito no prazo de 20 (vinte) dias.

Apresentado o laudo, conforme Convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça deste estado e a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, em que houve a fixação dos honorários periciais no valor de R\$200,00 (duzentos reais), intime-se a seguradora-ré para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento dos honorários referentes à pauta integral do dia aprazado, devendo a Secretaria Judiciária elaborar uma lista descritiva tanto daquelas efetivamente realizadas, como também dos ausentes.

Frise-se que o depósito judicial abrangerá o valor total das perícias feitas, sendo necessário apenas uma guia de pagamento para tanto, em atenção à economia e celeridade processual.

Feito o pagamento, deve a Secretaria Judiciária juntar a cada processo cópia da lista referida e do respectivo comprovante de depósito, expedindo alvará judicial para levantamento pelo perito em seguida.

Nessa mesma oportunidade, intimem-se as partes para, no prazo comum de 10 (dez) dias, manifestarem-se, requerendo o que entenderem de direito. Havendo impugnação à prova, intime-se o perito judicial para que, também no prazo de 10 (dez) dias, apresente os esclarecimentos que julgar pertinentes.



Com a manifestação do profissional, intimem-se as partes para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, tomem ciência da resposta.

Cumpridas as diligências ora determinadas em sua integralidade, voltem-me conclusos para sentença.

Publique-se.

AÇU/RN, 17 de outubro de 2019

ALINE DANIELE BELEM CORDEIRO LUCAS

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Assu
RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AÇU - RN - CEP: 59650-000

Processo: 0802573-11.2019.8.20.5100

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: JUDSON MADSON DE FARIAS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro momentaneamente o requerimento de assistência judiciária gratuita, ante a afirmação da parte requerente ser necessitada de assistência judiciária e de achar-se em condição de pobreza jurídica, sob as penas da lei e de pagamento do décuplo das custas judiciais, na forma do disposto no art. 5º, LXXIV, da CF, art. 98 do CPC/2015 e dos arts. 2º, § único, e 4º, § único, da Lei de Assistência Judiciária Gratuita (Lei nº 1.060/50)

Considerando ser improvável a realização de conciliação neste caso, deixo de aprazar audiência de conciliação e, por ser premente a necessidade de realização de perícia médica judicial à análise do meritum causae, defiro, desde já, a produção da prova.

Cite-se a seguradora-ré para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, devendo carrear aos autos cópia integral do procedimento administrativo respectivo ao sinistro narrado na exordial, manifestando-se, ainda, quanto à eventual ocorrência de prescrição, litispendência e coisa julgada no caso sob análise, sob pena de revelia. Deverá, nessa mesma oportunidade, se assim desejar, apresentar quesitos técnicos respectivos à perícia judicial, bem como nomear seu assistente técnico.



Com a defesa, intime-se a parte autora, por seu advogado, para apresnetar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, ainda, apresentar sua quesitação pericial e nomear o respectivo assistente técnico, se assim desejar.

Ultrapassadas tais etapas, em atenção à celeridade processual, procedo à nomeação do médico **Dr. Eduardo Chagas Carvalho, CRM/RN n°. 6860, CPF/MF n°. 030352564-97, RG n°. 2381637 SSP/PB, residente e domiciliado à Rua Padre Sandoval Ferrer, 380, Cento, São Bento/PB. Dados bancários: Banco do Brasil, agência 1134-7 e conta corrente n°. 13085-0**, considerando a aceitação do encargo, por meio de contato telefônico.

Ato contínuo, determino o aprazamento da perícia médica pela Secretaria Judiciária, devendo as partes serem intimadas com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência, salientando-se que a eventual ausência da parte autora deve ser comprovadamente justificada, sob pena do prosseguimento do feito sem a produção da prova.

Nesse aspecto, determino que a intimação da parte autora dar-se-á pessoalmente, por carta ou mandado, dirigido ao endereço constante em seu comprovante de residência, e por intermédio de seu advogado constituído.

Após a realização da perícia judicial, o laudo médico deverá ser apresentado pelo perito no prazo de 20 (vinte) dias.

Apresentado o laudo, conforme Convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça deste estado e a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, em que houve a fixação dos honorários periciais no valor de R\$200,00 (duzentos reais), intime-se a seguradora-ré para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento dos honorários referentes à pauta integral do dia aprazado, devendo a Secretaria Judiciária elaborar uma lista descritiva tanto daquelas efetivamente realizadas, como também dos ausentes.

Frise-se que o depósito judicial abrangerá o valor total das perícias feitas, sendo necessário apenas uma guia de pagamento para tanto, em atenção à economia e celeridade processual.

Feito o pagamento, deve a Secretaria Judiciária juntar a cada processo cópia da lista referida e do respectivo comprovante de depósito, expedindo alvará judicial para levantamento pelo perito em seguida.

Nessa mesma oportunidade, intimem-se as partes para, no prazo comum de 10 (dez) dias, manifestarem-se, requerendo o que entenderem de direito. Havendo impugnação à prova, intime-se o perito judicial para que, também no prazo de 10 (dez) dias, apresente os esclarecimentos que julgar pertinentes.



Com a manifestação do profissional, intimem-se as partes para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, tomem ciência da resposta.

Cumpridas as diligências ora determinadas em sua integralidade, voltem-me conclusos para sentença.

Publique-se.

AÇU/RN, 17 de outubro de 2019

ALINE DANIELE BELEM CORDEIRO LUCAS

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Assu
RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AÇU - RN - CEP: 59650-000

Processo: 0802573-11.2019.8.20.5100

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: JUDSON MADSON DE FARIAS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro momentaneamente o requerimento de assistência judiciária gratuita, ante a afirmação da parte requerente ser necessitada de assistência judiciária e de achar-se em condição de pobreza jurídica, sob as penas da lei e de pagamento do décuplo das custas judiciais, na forma do disposto no art. 5º, LXXIV, da CF, art. 98 do CPC/2015 e dos arts. 2º, § único, e 4º, § único, da Lei de Assistência Judiciária Gratuita (Lei nº 1.060/50)

Considerando ser improvável a realização de conciliação neste caso, deixo de aprazar audiência de conciliação e, por ser premente a necessidade de realização de perícia médica judicial à análise do meritum causae, defiro, desde já, a produção da prova.

Cite-se a seguradora-ré para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, devendo carrear aos autos cópia integral do procedimento administrativo respectivo ao sinistro narrado na exordial, manifestando-se, ainda, quanto à eventual ocorrência de prescrição, litispendência e coisa julgada no caso sob análise, sob pena de revelia. Deverá, nessa mesma oportunidade, se assim desejar, apresentar quesitos técnicos respectivos à perícia judicial, bem como nomear seu assistente técnico.



Com a defesa, intime-se a parte autora, por seu advogado, para apresnetar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, ainda, apresentar sua quesitação pericial e nomear o respectivo assistente técnico, se assim desejar.

Ultrapassadas tais etapas, em atenção à celeridade processual, procedo à nomeação do médico **Dr. Eduardo Chagas Carvalho, CRM/RN n°. 6860, CPF/MF n°. 030352564-97, RG n°. 2381637 SSP/PB, residente e domiciliado à Rua Padre Sandoval Ferrer, 380, Cento, São Bento/PB. Dados bancários: Banco do Brasil, agência 1134-7 e conta corrente n°. 13085-0**, considerando a aceitação do encargo, por meio de contato telefônico.

Ato contínuo, determino o aprazamento da perícia médica pela Secretaria Judiciária, devendo as partes serem intimadas com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência, salientando-se que a eventual ausência da parte autora deve ser comprovadamente justificada, sob pena do prosseguimento do feito sem a produção da prova.

Nesse aspecto, determino que a intimação da parte autora dar-se-á pessoalmente, por carta ou mandado, dirigido ao endereço constante em seu comprovante de residência, e por intermédio de seu advogado constituído.

Após a realização da perícia judicial, o laudo médico deverá ser apresentado pelo perito no prazo de 20 (vinte) dias.

Apresentado o laudo, conforme Convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça deste estado e a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, em que houve a fixação dos honorários periciais no valor de R\$200,00 (duzentos reais), intime-se a seguradora-ré para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento dos honorários referentes à pauta integral do dia aprazado, devendo a Secretaria Judiciária elaborar uma lista descritiva tanto daquelas efetivamente realizadas, como também dos ausentes.

Frise-se que o depósito judicial abrangerá o valor total das perícias feitas, sendo necessário apenas uma guia de pagamento para tanto, em atenção à economia e celeridade processual.

Feito o pagamento, deve a Secretaria Judiciária juntar a cada processo cópia da lista referida e do respectivo comprovante de depósito, expedindo alvará judicial para levantamento pelo perito em seguida.

Nessa mesma oportunidade, intimem-se as partes para, no prazo comum de 10 (dez) dias, manifestarem-se, requerendo o que entenderem de direito. Havendo impugnação à prova, intime-se o perito judicial para que, também no prazo de 10 (dez) dias, apresente os esclarecimentos que julgar pertinentes.



Com a manifestação do profissional, intimem-se as partes para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, tomem ciência da resposta.

Cumpridas as diligências ora determinadas em sua integralidade, voltem-me conclusos para sentença.

Publique-se.

AÇU/RN, 17 de outubro de 2019

ALINE DANIELE BELEM CORDEIRO LUCAS

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



Segue em anexo o substabelecimento.



SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, na pessoa da Dra. **CORALINE STEPHANE DE MEDEIROS OLIVEIRA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RN sob o número 17.958, com escritório situado na Rua Vicente Barbosa Tinoco, 21, Novo Horizonte, Assú/RN, e **COM** reserva de iguais para mim, os poderes que me foram conferidos na procuração constante dos autos, pelo(a) Sr(a). **JUDSON MADSON DE FARIAS**.

Processo N° 0802573-11.2019.8.20.5100

Assú/RN – 08 de Outubro de 2019.


Clézio de Oliveira Fernandes.
ADVOGADO OAB/RN – 3429.

